TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA TERAPEUTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE ARROIO GRANDE

1. Objeto:

A Secretaria de Assistência Social propõe a CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE CLÍNICA TERAPEUTICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MULTIFUNCIONAL, quarto coletivo masculino, acessibilidade para cadeirantes, cadeiras de rodas, cama hospitalar com colchão pneumático, serviços de enfermagem 24 horas, consulta médica mensal, 06 refeições ou mais diariamente, lavanderia, hotelaria, materiais de higiene pessoal, atividades físicas e cognitivas, cuidados afetivos, monitoramento por câmeras 24 horas e cuidados de enfermagem 24 horas por dia, medicamentos caso não sejam fornecidos pela farmácia municipal.

2. Justificativa:

A presente contratação dos serviços visa oferecer suporte e acompanhamento individualizado ao Sr. Sedemar da Silva Bonneau, assistido pelo CREAS, com o objetivo de melhorar o seu desempenho físico e mental assegurando seus direitos diante do seu quadro clínico apresentado, conforme avaliações médicas. A internação em casa terapêutica de Sedemar da Silva Bonneau foi determinada em processo de concessão de tutela, ao ser comprovado a partir de laudos médicos que apresenta demência precoce, ocorre que o então, curador seu filho, não apresenta capacidade necessária para exercer os cuidados e tal conclusão é estendida aos demais filhos, e se encontra em situação precária, ainda o benefício previdenciário é insuficiente para custear uma clínica, e ao que indicam os filhos também não reúnem condições financeiras. Assim foi deferida a tutela do ministério publico, o município deverá custear as despesas durante o acolhimento no residencial terapêutico. É obrigação do município na garantia dos serviços médicos esta definida nos artigos 196 e 198, art 1º da Constituição Federal. O presente contrato terá vigência de 08 meses após a assinatura e poderá ser rescindido após a conclusão de certame licitatório.

No Brasil, o acolhimento institucional em instituições vinculadas à assistência social é regulamentado por uma série de leis e normas que visam garantir os direitos e a proteção dessas pessoas. Dentre as principais legislações que fundamentam o acolhimento nesse contexto, podemos destacar:

- Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742/1993: A LOAS é uma das principais leis que trata da assistência social no Brasil. Ela estabelece os objetivos, os princípios e as diretrizes das ações de assistência social, incluindo o acolhimento institucional. A lei prevê que a assistência social tem o objetivo de proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice, bem como amparar as pessoas com deficiência, garantindo-lhes acesso a benefícios e serviços que promovam sua inclusão e bem-estar.

3. Descrição , quantidade, e valor de estimado:

Item	Descrição	Quantidades	Valor unitário	Valor de estimado
01	CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA TERAPEUTICA.	08 meses	R\$ 4.800,00	R\$ 38.400,00

4. Fundamentação da contratação:

4.1 A contratação de profissionais especializados é essencial para alcançar evolução no quadro clínico.

4.2.1 Há a necessidade da contratação para prestação de serviços, uma vez que o município não dispõe de clínica terapêutica que atendam todas as necessidades para realização do diagnóstico e atendimento especializado 24 horas por dia. Justifica-se a presente contratação como uma resposta efetiva diante do quadro apresentado, a clínica terapêutica possui o acompanhamento adequado e necessário para que o Sr. Sedemar estabilize ou evolua seu quadro clínico, levando em consideração o apoio direto dos profissionais capacitados atuando de forma permanente no processo do seu estado de saúde.

5. Descrição como um todo:

5.1 Consiste na contratação de clínica terapêutica especializada para atender às necessidades da Secretaria de Assistência Social.

5.2.1. A presente solução consistirá em dispensa emergencial para a contratação de serviços de clínica e, conforme especificações definidas, garantindo padrões mínimos de desempenho e qualidade para promover um ambiente de saúde seguro e propício ao desenvolvimento do quadro clínico.

6. Requisitos da Contratação:

6.1 Contratação de empresa especializada clínica terapêutica para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social.

6.2.1 Todos os serviços e medicamentos serão fornecidos pela clínica especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente.

7. Forma de Execução:

7.1 A prestação de serviço iniciará à partir do dia 14 de abril do corrente ano. A contratante repassará mensalmente os valores ora ajustados.

A Contratada prestará os serviços aqui estipulados em caráter exclusivo. O serviço será prestado a partir da assinatura do contrato em 2025 e terá término 08 meses após a contratação com as devidas assinaturas.

7.2.1 Responsabilizar-se integralmente pelo acolhimento, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as necessidades, e outros detalhamentos, quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Secretaria.

7.2.2 A empresa devesse emitir nota fiscal para cada empenho solicitado pela secretaria. Os serviços contratados são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sob os aspectos da gestão da atividade e operação, e serão executados com absoluta autonomia, cabendo-lhe exercer diretamente perante os executores das atividades o poder de direção, tais como recrutamento, dispensa e substituição, bem como orientar, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços médicos prestados.

8. Das obrigações da contratante:

8.1 Conferir a empresa contratada, embora seja a única e exclusiva responsável pelo provimento nas condições especificadas.

8.2 Efetuar os pagamentos mensais nos termos do Contrato. A contratante se responsabiliza pelos pagamentos mensais à Contratada, considerando para referido pagamento, os valores percebidos pelo acolhido relativo ao Benefício Previdenciário.

8.3 Proceder visitas ao local de Acolhimento do beneficiário para acompanhar os atendimentos dispensados e se necessário avaliar as condições de saúde do mesmo.

8.4 A contratada se responsabilizará, mensalmente, pelas informações relativas ao valor do Benefício Previdenciário percebido pelo Acolhido para fins de pagamento complementar do valor mensal contratado.

8.5 A CONTRATADA será exclusivamente responsável pelos serviços prestados, incluindo os diagnósticos e prognósticos indicados aos pacientes atendidos pelos seus profissionais- executores, podendo a CONTRATANTE promover a denúncia ou o chamamento ao processo da CONTRATADA, em caso de ser diretamente acionada por condutas de seus profissionais médicos ou por seus empregados.

8.6 A contratação e qualificação dos profissionais são de inteira responsabilidade da CONTRATADA

8.7 A CONTRATADA compromete-se a executar o objeto contratado, com zelo e eficiência, diligenciando para a eficaz resolução dos problemas suscitados, nos termos do Código de Ética Médica e das normas aplicáveis.

8.8 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias para o desempenho da atividade objeto deste contrato.

8.9 A CONTRATADA arcará com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução de seus serviços, sem exceção.

9.0 Não cumprimento de quaisquer obrigações pela CONTRATADA não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade do respectivo ônus.

9.1 Se, em qualquer caso, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE, a CONTRATADA responderá integralmente pelas obrigações contratuais.

9.2 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou à terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento exercitado pela CONTRATANTE.

9.3 O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste contrato por parte da CONTRATADA poderá ensejar a sua rescisão, independentemente da apuração da responsabilidade civil e criminal, se for o caso.

10. Das penalidades:

Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou demora na execução do Contrato ou prestação dos serviços, garantida a prévia defesa, ficará a empresa sujeita às sanções indicadas abaixo, sempre juízo de outras previstas na legislação vigente:

a) Pelo atraso na prestação dos serviços em relação ao prazo estipulado ou demora em substituí-los rejeitado, a contar do primeiro dia após o vencimento do prazo pactuado para a substituição ou entrega: multa de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia do produto do valor não entregue, limitado a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia, será considerada inexecução parcial do contrato, salvo motivo devidamente justificado e comprovado;

c) Em caso de inexecução parcial do contrato: multa de 3% (três por cento) até 8% (oito por cento) do valor do veículo, cumulada ou não com a suspensão temporária, pelo período de até 02 (dois) anos, de participação em licitação e contratação com a Administração Pública, de acordo com as circunstâncias do caso concreto;

d) Em caso de inexecução total do contrato: multa de 10% (dez por cento) do valor do veículo, cumulada ou não com a suspensão temporária, pelo período de até 03 (três) anos, de participação em licitação e contratação com a Administração Pública, de acordo com as circunstâncias do caso concreto;

e) Causar prejuízo material resultante diretamente da execução do fornecimento, apresentar documentação falsa, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal:declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos e multa de 15% (quinze por cento) do valor do veículo;

f) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Termo de Referência e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para cada evento, de acordo com as circunstâncias do caso concreto, salvo motivo devidamente justificado e comprovado.

10.1 As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato;

10.2 As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

10.3 Por qualquer tipo de inexecução total ou parcial do contrato, poderá a CONTRATANTE imediatamente, rescindir a prestação dos serviços.

10.4 Eventuais danos ao Contratante serão de inteira responsabilidade da Contratada.

10.5 As penalidades, caso sejam necessárias, serão aplicadas de acordo com o artigo 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

10.6 A CONTRATADA, caso deixe de cumprir o compromisso assumido, sofrerá multa, de 10% sobre o valor do contrato.

11.FISCAL DE CONTRATO E SUAS RESPONSABILIDADES:

10.1. O fiscal responsável pela fiscalização do contrato será o servidor Nicollas de Souza Ferreira, inscrito na Matrícula nº 513733.

10.2.1A responsabilidade do fiscal é acompanhar o efetivo cumprimento das obrigações contratuais, a exemplo do cumprimento dos prazos e metas estabelecidos neste termo, bem como verificar a manutenção das condições de regularidade trabalhista, previdenciária, tributária, etc da CONTRATADA;

10.2.2 O não cumprimento do item anterior ou descumprimento do objeto licitado, o fiscal deverá fazer um relatório das irregularidade e encaminhar para comissão permanente de infrações em licitações – CPIL.

Arroio Grande/RS, 01 de abril de 2025.

Paulo Francisco Serpa

Secretária Municipal do Trabalho, Habitação e Desenvolvimento Social